



FORMAÇÃO DE PROFESSORES: BAHIA (BRASIL) E ANDALUCIA (ESPANHA)

Joselito Manoel de Jesus
UNEB
joselitojoze@gmail.com
Enrique Sánchez Rivas
UMA
enriquesr@uma.es

Resumo

Este artigo aponta, em linhas gerais, para a formação de professores, tanto na formação inicial quanto na continuada, a partir de suas experiências, filiações teóricas e pesquisas, reconhecendo a sua sensível importância para que a função social do sistema educacional tenha êxito em seu processo de ensino e aprendizagem. Este artigo expressa a curiosidade e a vontade dos autores irem conhecendo os sistemas educacionais brasileiro e espanhol, a partir da Bahia, Brasil e da Andalucia, Espanha, tendo como foco a formação de professores, sua estruturação política e institucional, além dos problemas que caracterizam sua implementação e desenvolvimento, bem como os caminhos possíveis na busca pela efetivação de uma educação com cada vez mais qualidade, na qual professores, gestores e estudantes, inquietados pela necessidade de aprender cada vez mais para compreender a dinâmica do mundo, possam inserir-se nela com dignidade e competência, desenvolvendo as capacidades técnica, política e humana, tornando-se ativos construtores da contemporaneidade que respeite, acolha e exija o ser humano em sua integralidade potencializadora da existência.

Palavras-Chave: Formação de professores - Formação continuada - Políticas Públicas Educacionais.

A formação de professores no Brasil: a importância da participação dos professores em seu processo de formação

No Brasil, desde a promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394 de 1996, a formação de professores se constitui como uma das prioridades dos governos que a ela se seguiram, compreendida no quadro geral de transformações do sistema educacional brasileiro na contemporaneidade.

A reforma dos sistemas educativos torna-se prioridade, e, desde então, vêm sendo formuladas as estratégias de reforma que, na maioria dos países, giram em torno de quatro pontos: o currículo nacional, a profissionalização dos professores, a gestão educacional e a avaliação institucional. Esses pontos estão inter-relacionados: a política educacional orienta-se pela política curricular, que necessita de professores para ser viabilizada, em uma estrutura organizacional adequadamente regulada e gerida, com o suporte da avaliação institucional. (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2005, p.43-35)

A formação de professores vem sendo definida de cima para baixo, sem a participação dos professores na definição das políticas e diretrizes que condicionam a profissão docente, suas condições de trabalho, salário e carreira. Esse modo de fazer política pública no Brasil já apresenta em sua própria elaboração o fracasso da mesma, na medida em que deixa os principais interessados de fora dela. Nesse sentido, Maria Julieta Calazans (1993), prevendo a antecipação do capitalismo sobre o planejamento, alerta para a importante participação dos educadores nesse processo.

Num primeiro ponto, trata dos limites da ação planejada, na medida em que “não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento”. Tomando esta premissa, alerta que o planejamento da educação – mesmo quando produz ou altera algumas evoluções – não pode exercer papel determinante, se tomado isoladamente. É fundamental, portanto, nesta hora de elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e da elaboração de um novo Planejamento Nacional de Educação, que os educadores construam concepções que potencializem os sistemas educacionais para participar do novo jogo de forças presentes na sociedade. (CALAZANS, 1993, p.7)

O capitalismo brasileiro planeja a educação necessitando da participação do professor no processo de produção de sua mercadoria: no caso, da aprendizagem para

atender às novas exigências contemporâneas. Essa participação é feita via imposição de leis e decretos, que, ao mesmo tempo em que a exige, também a tolhe, numa participação decretada, com uma autonomia voltada para o cumprimento legal das normas baixadas de um centro controlador, enfatizando a racionalidade técnica e a competência administrativa. Foi assim, de modo especial, com a formação de professores.

A expansão de vagas e matrículas nas licenciaturas pela *política de terrores e favores*

A partir da nova Lei de Diretrizes e Bases foram criados os ISE'S, havendo uma enorme expansão dos cursos de pedagogia e de licenciaturas, sobretudo privados¹, desencadeando uma corrida mercadológica em direção a tais cursos, fomentada, segundo Linhares (2003), pelas *políticas de favores e terrores* elaboradas pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Nesses processos é facilmente identificável a institucionalização de uma *política de favores*, facilitando circuitos em que o tráfico de influências agiliza tramitações e reconhecimentos de alguns cursos, que atua de modo articulado com sua contraface, uma *política de terrores*, sempre pronta a fomentar e espalhar notícias que possam nutrir sentimentos de desamparo e de intimidação nos professores, nos estudantes e nos que constituem ou sustentam as instituições de aprendizagem e ensino. (LINHARES e SILVA, 2003, p. 21)

Deu-se, portanto, uma expansão enorme das matrículas e vagas nas licenciaturas presenciais e a distância, fomentada pela exigência legal favorecendo a proliferação de instituições de ensino superior (ISE's) privadas, na demanda gerada pela *política de terror* que, segundo a interpretação errônea de alguns grupos, exigia, até o ano de 2007, a formação de todos os professores em nível superior, como condição para que

¹ Segundo tabela elaborada pela pesquisadora Elba de Sá Siqueira Barreto (2012), que tem como fonte de informação MEC/INEP, o número total de matrículas saltou de 928.022 – sendo 46,2% na rede pública e 53, 8% na rede privada -, para 1.405.791 em 2009, sendo 39,5% oferecidos pela rede pública e 60,5% pela rede privada. O dado que mais chama a atenção, entretanto, é o do crescimento vertiginoso das matrículas nos cursos de licenciatura em EaD, saltando de 5.359 ou 0,6% do total, em 2001, para 427.730, 30,4% do total de 1.405.791, sendo, desses 30,4% a maioria privada, com oferta de 77,2% das matrículas.

permanecessem no sistema de ensino brasileiro, favorecendo a corrida mercadológica para adquirir diplomas universitários.

De fato, “mais de 70% dos professores aptos a lecionar no ensino básico do país se formou em IES (Instituições de Ensino Superior) privadas.” (OLIVEIRA, 2010, p. 46). O Ex-Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, reconheceu esta realidade quando afirmava que

Temos de ter uma relação mais orgânica entre a rede federal de universidades e a formação de professores. Essa distância não pode continuar. **Só 16% dos educadores da rede vêm das universidades públicas**, que precisam se debruçar sobre o desafio do Ensino Fundamental e Médio. Mesmo porque são esses alunos que depois, amanhã, serão matriculados na faculdade. Estamos em discussão com a Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições federais de Ensino superior (*Difes*) para atacar essa questão. (MERCADANTE, 2012, p.45)

Oliveira (2010) associa essa situação ao baixo rendimento apresentado pelas instituições de ensino superior privadas nas avaliações oficiais, pois são os professores formados nessas instituições privadas, em cursos noturnos, que vão atuar na maioria das escolas públicas, caracterizando um sistema vicioso que se retroalimenta: a educação básica não está conseguindo fazer com que os seus educandos aprendam satisfatoriamente o mínimo para poderem ter acesso digno ao ensino superior. A maioria dos professores da educação básica sai de universidades privadas que, por sua vez, apresentam os piores desempenhos nos resultados das avaliações de ensino superior da área. Esses professores, em sua maioria, atuam na educação básica, e seus alunos, como afirmou o Ministro da Educação, “serão matriculados na faculdade”.

Formação de professores: o contexto baiano

No Brasil, as regiões Norte e o Nordeste apresentam uma diferenciação peculiar: nessas regiões, conforme nos explica Barreto (2012) o poder público federal desenvolveu políticas docentes exercendo “um papel distributivo, na medida em que comparece mais nas regiões com economias menos dinâmicas, como o norte e o nordeste” (p.180). Em seguida, será apresentada uma linha de eventos que explicam as

políticas públicas implementadas pela esfera federal na formação dos professores nessas regiões, destacando a Bahia neste cenário amplo.²

- É criada no ano de 2003, a **Rede Nacional de Formação de Professores**, com o objetivo de institucionalizar o atendimento à demanda de formação continuada de professores da educação infantil e do ensino fundamental, e propiciar a revisão dos currículos, dos materiais de apoio ao trabalho docente e das metodologias de ensino, diante da defasagem de rendimento dos alunos da educação básica detectada pelas avaliações do sistema. Programas de formação continuada oferecidos na modalidade semipresencial foram produzidos por universidades que integraram a rede e sugeriram o preparo dos coordenadores das atividades nas secretarias de educação e tutores para acompanhar as atividades dos alunos/professores.
- Em 2005 ocorre o lançamento do **Programa Pró-licenciatura**, que oferece cursos de licenciatura à distância nos diferentes componentes curriculares do ensino básico aos professores em serviço sem formação adequada nas redes públicas.
- É criada pelo MEC (Ministério da Educação), em 2006, a **Universidade Aberta do Brasil (UAB)**, iniciativa de maior alcance, que também forma um tripé com as IES (públicas em sua maioria) e secretarias estaduais e municipais de educação. Constitui-se num sistema de educação à distância cuja prioridade é atender professores da educação básica, com oferta de cursos dirigidos preferencialmente aos segmentos com dificuldade de acesso à formação superior. O objetivo prático do MEC na criação da UAB é reduzir as desigualdades quanto à oferta de ensino superior público, principalmente no Nordeste³. Paralela à criação da UAB, o MEC implementa o **Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**

² Baseado nas informações produzidas pelo trabalho desenvolvido por Bernadete Gatti, Elba de Sá Siqueira Barreto e Marli Elisa Dalmazzo Afonso de André (2011), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), com o apoio do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e da União de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)

³ Segundo demandas estimadas pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), há cerca de 600 mil licenciaturas à espera de formação. A EaD foi a saída encontrada para atender a toda essa demanda por formação inicial. Visando a viabilização da UAB o MEC equipara os cursos da modalidade à distância aos cursos presenciais, estabelecendo a equivalência de diplomas e certificados no ensino superior.

(Reuni), visando ampliação do acesso aos cursos de graduação para assegurar a permanência neles.

- No ano de 2007, um importante órgão do MEC, a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), recebe a incumbência de coordenar a estruturação do sistema nacional de formação de professores da educação básica, criando em sua estrutura interna, para tal fim, o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTB/EB), através do qual são elaborados os princípios e as diretrizes de longo prazo para a formação de professores em serviço, contidos na Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica – Decreto n. 6.755/2009.
- A fim de efetivar concretamente a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, são instituídos os **Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente**, órgãos colegiados compostos por representantes de instâncias do governo (ministério, conselhos e secretarias de educação), sindicatos docentes e instituições públicas formadoras, cuja função é elaborar e acompanhar os planos de formação com base no diagnóstico das necessidades das redes, articular ações e aproveitar de maneira eficiente a utilização de recursos. Na Bahia, o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente, foi criado em 21 de janeiro de 2010, por iniciativa da Secretaria da Educação (SEC/BA/Instituto Anísio Teixeira, IAT) denominado de **Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente da Bahia (FORPROF)**.
- No ano de 2009 é criado o **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR** -, compreendendo um conjunto de ações do MEC em articulação com secretarias estaduais e municipais de educação e as instituições formadoras para ministrar cursos emergenciais de licenciatura e de formação continuada aos professores das redes da educação básica.

Além de problemas de gestão, como a centralização dos cursos, com pouca ou nula participação das universidades e demais Instituições de Ensino Superior (IES), como os Institutos Federais baianos, e dos problemas daí decorrentes, como projeto pedagógico do curso somente como plano, sem discussão com os atores que vão

executá-lo, o que também implica numa avaliação somente burocrática, emperrando o planejamento salutar para o desenvolvimento dos cursos, além de frágil relação teoria/prática e do desperdício da experiência que os docentes construíram em suas práticas educativas, ainda tem o grande problema da evasão e de uma quantidade de vagas muito maior do que as matrículas, apontando para o insucesso dos esforços institucionais do governo e das IES para atender com qualidade e eficiência a demanda de formação de professores na Bahia, o que fica comprovado com dados levantados, e gentilmente cedidos, por Irene Carzola (2013)⁴ só para citar um exemplo, entre muitos disponíveis. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ofertou, entre 2009-2012, 1.200 vagas para o curso de Artes, sendo preenchidas apenas 218; em Biologia ofertou, no mesmo período, 1650 vagas, sendo frequentadas, de fato, por apenas 318 candidatos. A mesma realidade se repetiu em todos os cursos com vagas ofertadas. Só para citar mais uns exemplos, para Matemática a UNEB ofertou 1.200 vagas, sendo preenchidas 349; Para Geografia foram destinadas 1.1150 vagas, sendo preenchidas apenas 224; no curso de Física, embora tenham sido ofertadas 100 vagas, não foi possível fechar uma única turma e, em Pedagogia foram ofertadas 7.395 vagas, sendo preenchidas 2.814, com estudantes frequentando.

Há inúmeros desafios a serem enfrentados diante do esboço geral feito até aqui sobre a formação de professores no Brasil e, particularmente em nosso estado, Bahia. A Rede Nacional de Formação de Professores tem que ser tecida com a participação destes professores, para o enfrentamento dos problemas colocados por essa ampla rede de Instituições de Ensino Superior, órgãos do governo, sistemas municipais e estaduais de educação, projetos, programas e ações que, de fato, se tornem eficazes.

Perspectiva das competências na Educação na Andalucia (Espanha)

A perspectiva que se abre desde as atuais experiências nas escolas oferece uma visão privilegiada das mudanças que se dão ao longo dos últimos anos na educação. Mudanças que configuram o cenário educativo andaluz.

⁴ Irene Mauricio Cazorla é Doutora em Educação Matemática, Professora Titular da UESC, Diretora Geral do Instituto Anísio Teixeira (IAT) e Vice-presidente do Forprof-BA.

A escola tradicional, na qual o saber se limitava a conteúdos livrescos ficou obsoleta. A razão disso é o aumento da informação, o acesso à mesma e seu tratamento e sistematização. Duas ideias subjazem a este comentário: a) Em primeiro lugar o docente deixa de ter a posse exclusiva do conhecimento tratado nas aulas. Há novas fontes de informação acessíveis através da internet. A isso se soma o fato de que b) os dados manipuláveis nas aulas possuem um caráter muito mais volúvel. Em poucos anos podem mudar em função dos vertiginosos avanços em todos os campos da ciência e da tecnologia. Por isso é imprescindível dotar o alunado, não só de informação, senão também de habilidades para acessá-las, tratá-las e interpretá-las de forma autônoma. Como afirma Tedesco (1995), hoje é mais necessário que nunca “aprender a aprender”. Nesse mesmo sentido se posiciona Herbert Simon, prêmio Nobel de economia 1978, ao ressaltar que “o significado de saber passou de ser capaz de recordar e repetir informação, para ser capaz de encontrá-la e utilizá-la”.

Esta filosofia inspira as atuais leis educativas dos países da União Europeia, que promovem o desenvolvimento de uma série de competências que põem o acento da educação na realização de aprendizagens essenciais para que os alunos e alunas, uma vez finalizado o período de escolaridade obrigatória, alcancem a realização pessoal, exerçam uma cidadania ativa e se incorporem de forma satisfatória à vida adulta com a capacidade de seguir aprendendo autonomamente. Pela importância pessoal e social que ensejam tais competências, a entendemos como “básicas”. Em seguida se apresentam os resultados da avaliação do alunado andaluz (de Educação Primária e Secundária) desde a perspectiva das competências.

Resultados da avaliação por competências

A região da Andalucia realizou um grande esforço na formação de seus docentes para transformar a escola e alcançar um ensino baseado na perspectiva das competências. Os resultados que obtiveram o alunado nas provas de avaliação indicam que estamos progredindo em direção à convergência com os demais países da União Europeia. Em seguida apresentamos diferentes gráficos que indicam **o nível de competências em três dimensões básicas.**

Gráfico 1.
Distribuição percentual dos resultados alcançados pelo alunado andaluz Educação primária e Educação secundária obrigatória na Competência linguística.

FONTE: Avaliação de Diagnóstico 2010-2011 (AGAEVE-CECD).

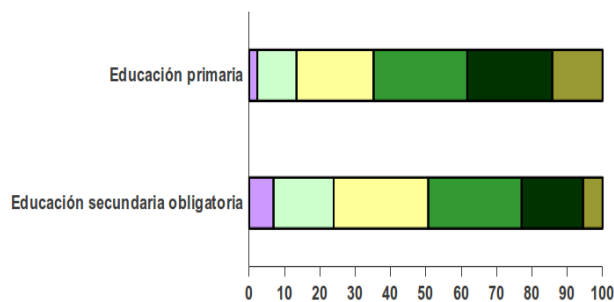
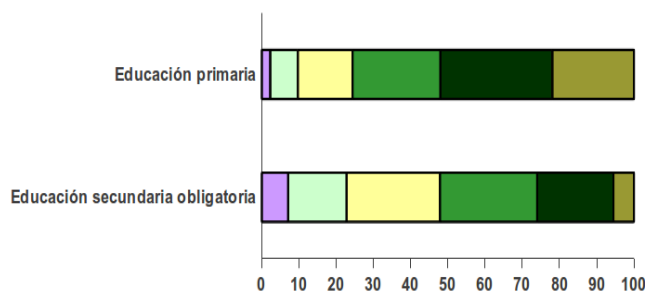
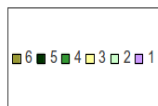


Gráfico 2.
Distribuição percentual dos resultados alcançados pelo alunado andaluz Educação primária e Educação secundária obrigatória na Competência matemática.

FONTE: Avaliação de Diagnóstico 2010-2011 (AGAEVE-CECD).

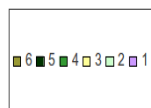
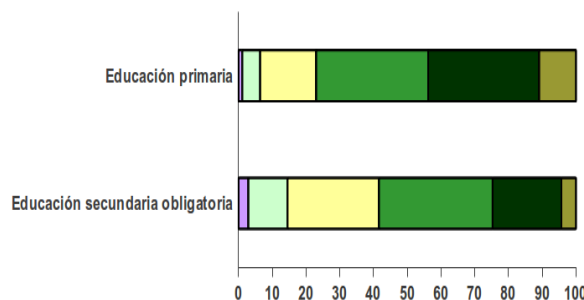
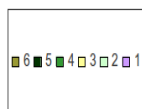


Gráfico 3.
Distribuição percentual dos resultados alcançados pelo alunado andaluz Educação primária e Educação secundária obrigatória na Competência social e cidadania.

FONTE: Avaliação de Diagnóstico 2010-2011 (AGAEVE-CECD).



Bases da formação permanente no contexto europeu

Os novos desafios educacionais surgem em um contexto dinâmico, de constante evolução. A resposta didática do professorado tem que ser adaptativa. Isto só é possível se se desenvolve uma sólida competência profissional docente. Esta aquisição não é um fim, senão um processo que se estende ao longo de toda sua trajetória profissional. Por ela, a formação não acaba quando se alcança o diploma de Pedagogia ou de Licenciatura numa área específica. Ao invés disso se inicia no mesmo momento em que se tem acesso ao exercício da função docente.

Vários informes e orientações da União Europeia e de equipes de investigação têm se posicionado nesse sentido. Seus resultados dão suporte epistemológico para a formação permanente do professorado. Portanto, considera-se adequado citar, por exemplo, duas contribuições que proporcionam uma base sólida para a política andaluz de formação permanente do professorado.

O Relatório Delors

O relatório apresentado à UNESCO pela Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, presidida por Jacques Delors, e intitulado “A educação encerra um tesouro” constitui todo um marco na evolução dos sistemas educativos europeus. Em seu capítulo sétimo aprofunda sobre o papel que deve assumir o professorado na melhora da qualidade educativa, atribuindo-lhe uma responsabilidade compartilhada com a administração em sua permanente atualização profissional:

Aos docentes lhes concernem também este imperativo de atualizar os conhecimentos e as competências. Devem organizar sua vida profissional de tal forma que estejam em condições, incluindo a obrigação de aperfeiçoar sua arte e de aproveitarem experiências realizadas nas distintas esferas da vida econômica, social e cultural. (DELORS, 1996, p. 37).

Investigações de Hargreaves e Shirley

Esta equipe internacional de investigação analisou os sistemas educativos que mostraram melhores resultados educativos. As conclusões de seu trabalho efetivam-se numa proposta de mudança. Afirmam que em tempos de colapso financeiro, dependência do petróleo e mudança climática acelerada, necessitamos novas soluções, as do passado já não são válidas. Uma nova via para a mudança educativa que se adapta aos novos desafios. Esta nova via deverá aproveitar o que há de melhor nas escolas, e reinventar o que nos trouxe até aqui. Como isso é feito? A resposta é a de unir os esforços dos professores, a política educacional e o envolvimento de toda a sociedade.

A formação dos professores, entre outros aspectos igualmente relevantes, é um dos principais elementos de qualidade de todo sistema educativo:

Não há soluções rápidas para a criação de um ensino de qualidade, tais como os incentivos remuneratórios, salário baseado em desempenho, ou renomear títulos, por exemplo, mestre. É a missão, o status, as condições de trabalho e a satisfação, juntamente com a qualidade e o tempo de formação, o que mais importa. Assim, temos o melhor, e assim o manteremos. (HARGREAVES Y SHIRLEY, 2013, p. 135).

3. Políticas andaluzas em matéria de formação permanente do professorado

As administrações educativas são sensíveis à importância da formação permanente do professorado. Prova disso é a atenção normativa da qual é objeto. Neste ponto, você vai encontrar as principais referências legislativas que definem as bases normativas da formação em serviço na Andaluzia.

3.1. Marcos importantes do ponto de vista legislativo

A Andaluzia tem uma longa trajetória de formação permanente do professorado. A seguir resumimos as principais etapas para o desenvolvimento deste tipo de políticas.

- 1983. A formação do professorado se converte em objeto de atenção prioritária por parte do governo Andaluz (constituído somente a três anos antes). As competências educativas se transferem do governo central para o governo autônomo.
- 1986. São criados os Centros de Professorado (CEP), que se convertem em plataformas que fomentam e impulsionam a inovação, a formação, o intercâmbio de experiências entre docentes e a geração de conhecimento na escola.
- 1992. É aprovado o I Plano Andaluz de Formação do Professorado, que estabelece estratégias de atuação vinculadas diretamente aos interesses do sistema educativo andaluz.
- 1997. É criado o Sistema Andaluz de Formação do Professorado, que coordena as ações de todos os Centros de Professorado (CEP). Este sistema supõe dotar a formação permanente de um caráter institucional e de melhores recursos para seu desenvolvimento.

- 2003. As mudanças tecnológicas, sociais e econômicas que afetam diretamente as escolas e os professores conduzem à revisão do Sistema Andaluz de Formação do professorado, desencadeando o II Plano.

3.2. Políticas atuais

A Lei Orgânica 2/2006, de 3 de maio, de Educação (LOE) define o papel que as administrações públicas realizaram em relação à formação do professorado:

As administrações educativas planejarão as atividades de formação do professorado, assegurarão uma oferta diversificada e gratuita destas atividades e estabelecerão as medidas oportunas para favorecer a participação do professorado nelas (LOE. Artículo 103).

Os docentes andaluzes têm o direito e, ao mesmo tempo, a obrigação de realizar uma formação permanente. Os objetivos desta são as seguintes (Decreto 93/2013):

- Melhorar a qualidade do sistema educativo andaluz, através de processos de auto avaliação e da melhora da competência profissional docente.
- Aperfeiçoar a prática educativa e a função tutorial⁵, de forma que contribua na melhora dos rendimentos do alunado e em seu desenvolvimento pessoal e social, através da atenção a suas peculiaridades e à diversidade do mesmo.
- Vincular os processos de ensino e aprendizagem, assim como o funcionamento das escolas à renovação pedagógica, à inovação, à investigação e ao desenvolvimento da equidade e a melhora da convivência.
- Incorporar as atividades de formação às funções que o professorado desenvolve de forma habitual em suas escolas.
- Ajudar o professorado a desempenhar postos de trabalho bilíngues além de outros que requeiram uma competência específica.
- Estimular o desenvolvimento e a atualização das competências profissionais do professorado diante da evolução científica e tecnológica e das demandas e necessidades sociais.

⁵Função tutorial: é o trabalho do professor para educar, de fazer o acompanhamento do processo de aprendizagem, não para ensinar um assunto.

- Capacitar o professorado de formação profissional e ensino de artes em novas técnicas, avanços tecnológicos e processos relacionados com o setor produtivo ou artístico de sua especialidade.
- Potencializar o desenvolvimento profissional do professorado, favorecendo a aquisição de uma cultura profissional orientada à atualização constante de sua prática docente e à inovação educativa.
- Contribuir para uma maior valorização da profissão docente e para um maior reconhecimento profissional e social do professorado, facilitando-lhe a atualização permanente de suas competências.
- Melhorar o funcionamento dos órgãos de coordenação nas escolas.

A Rede Andaluza de Formação do Professorado e sua regulação

O Sistema Andaluz de Formação Permanente do Professorado se organiza em uma rede de Centros de Professorado, que contam com autonomia pedagógica e de gestão. Em seguida explicitamos os aspectos mais relevantes de sua regulação.

Sistema Andaluz de Formação Permanente do Professorado

Constitui o instrumento da Consejería⁶ competente em matéria de educação, através dele é que se estabelecem as estruturas, o marco de organização e funcionamento e os recursos para atender as necessidades de formação e atualização do professorado.

4.2. Plano Andaluz de Formação Permanente do Professorado

É o documento que determina as linhas estratégicas de atuação nesta matéria, de acordo com os interesses e prioridades educativas de cada momento. Para o curso 2012/2013, se estabeleceram as seguintes linhas prioritárias de atuação:

⁶Consejería: É o departamento do governo andaluz responsável pela gestão da educação em seu âmbito territorial. Pode ser traduzido como "Conselho de Educação". Para que se entenda melhor, Podemos substituir a palavra "Consejería" por "governo" ou "administração".

- O assessoramento e a colaboração concreta com as escolas para a elaboração, desenvolvimento e acompanhamento do plano anual de formação a incluir no projeto educativo.
- A proposta de atividades formativas que procuram, não somente a melhora da prática docente, mas também o desdobramento direto na melhoria dos rendimentos na aprendizagem do alunado e em seu desenvolvimento cívico e social. Neste sentido, Deve-se procurar que tais atividades tenham um acompanhamento de aplicação prática na escola e/ou no alunado cuja situação de partida se pretende melhorar.
- A utilização das tecnologias da informação e a comunicação como ferramentas para a formação permanente do professorado, para potencializar o trabalho na rede, através da comunicação de boas práticas e de autoformação. Além disso, é preciso incluir as iniciativas de formação para ajudar a desenvolver a competência digital do professorado, com base na aplicação didática das TIC na sala de aula.
- A formação e atualização técnica do professorado no campo profissional para a sua área de especialidade. Esta formação é particularmente importante no caso dos professores de formação profissional e de educação artística.
- A consideração da prática docente como ponto de referência fundamental para a reflexão, para a investigação e para a inovação, que pode e deve resultar em uma melhoria da mesma. Por esta razão, os Centros de Professorado devem estimular a inovação e a investigação em resposta às experiências que são realizadas nas escolas.

4.3. O Centro de Professorado (CEP)

São unidades da Consejería competente em matéria de educação encarregadas da dinamização, planejamento e desenvolvimento da formação do professorado. A função primordial do Centro de Professorado consiste em desenvolver o Plano de Formação Permanente em sua área de atuação, concretizando a proposta desse desenvolvimento nas diferentes ações formativas organizadas em cada curso escolar. Cada CEP está

habilitado para desenvolver suas próprias linhas de trabalho refletidas em seu Projeto de Formação, que recorrerá ao conjunto de medidas e atuações previstas para dar resposta às necessidades formativas específicas das escolas de sua área de atuação.

Considerações Finais

Assim como na Espanha, no Brasil há também o reconhecimento pela formação dos professores como um dos principais elementos de qualidade de todo o sistema educativo, a fim de aproveitar o que há de melhor no sistema educacional a partir da escola e da experiência que emana da prática educativa dos professores. A participação ativa dos professores em seu processo de formação é um aspecto importantíssimo dessa formação, no contexto de uma estrutura organizada e sustentada por uma dinâmica pedagógica e administrativa oxigenada por um processo avaliativo permanente, condição imperativa para qualquer sistema educativo que preze pela qualidade do ensino e da aprendizagem.

Referências

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei 9.394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de dezembro de 1996.
- Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación. (BOE 4-5-2006).
- Ley Orgánica 2/2007, de 19 de marzo, de reforma del Estatuto de Autonomía para Andalucía. (BOE 20-3-2007).
- LEY 17/2007, de 10 de diciembre, de Educación de Andalucía. (BOJA 26-12-2007).
- DECRETO 93/2013, de 27 de agosto, por el que se regula la formación inicial y permanente Del profesorado en la Comunidad Autónoma de Andalucía, así como el Sistema Andaluz de Formación Permanente del Profesorado (BOJA 30-08-2013).
- DECRETO 328/2010, de 13 de julio, por el que se aprueba el Reglamento Orgánico de las escuelas infantiles de segundo grado, de los colegios de educación primaria, de los colegios de educación infantil y primaria, y de los centros públicos específicos de educación especial (BOJA 16-07-2010).
- DECRETO 327/2010, de 13 de julio, por el que se aprueba el Reglamento Orgánico de los Institutos de Educación Secundaria (BOJA 16-07-2010).

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Universidade e educação básica: lugares e sentidos da formação de professores *In* Célio da Cunha; José Vieira de Sousa; Maria Abádia da Silva (orgs.). **Universidade e educação básica: políticas e articulações possíveis**. Brasília: Faculdade de Educação/Universidade de Brasília; Liber Livro, 2012.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Planejamento da educação no Brasil – novas estratégias em busca de novas concepções *In* Acácia Z. Kuenzer; Maria Julieta C. Calazans; Walter Garcia. **Planejamento e educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DELORS, Jacques. **La educación encierra un tesoro**. Informe a la UNESCO de La Comisión Internacional sobre La Educación para El siglo XXI. Madrid: Santillana-Unesco, 1996.

HARGREAVES, Andy. y SHIRLEY, Dennis. **La cuarta vía**. El prometedor futuro del cambio educativo. Barcelona: Octaedro, 2013.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LINHARES Célia, SILVA, Waldeck Carneiro da. **Formação de professores: travessia crítica de um labirinto legal**. Brasília: Plano Editora, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. Ed., São Paulo, SP: Contexto, 2010.

MERCADANTE, Aloizio. (Ano XXVII). FALA MESTRE!: Aloizio Mercadante. **Nova Escola**, São Paulo, N. 252, pp. 44-46, maio 2012.

OLIVEIRA, João, Ferreira de. A articulação entre universidade e educação básica na formação inicial e continuada dos professores: demandas contemporâneas, situação-problema e desafios atuais. *In* Elizeu Clementino; Augusto César Rios Leiro (orgs.). **Educação básica e trabalho docente: políticas e práticas de formação**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2012.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

TEDESCO, Juan Carlos. **El nuevo pacto educativo**. Madrid: Anaya, 1995.

Páginas Web

Agencia Andaluza de Evaluación Educativa. <<http://www.agaeve.es>>
CEP de Málaga. Web oficial. <http://www.cepmalaga.com>